

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA (P₁) -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Um dos temas correntes da psicologia dos preços é que as avaliações de valor monetário têm muito em comum com julgamentos sensoriais, como os relativos a peso, brilho, altura, calor, frio ou intensidade de odores. O estudo das percepções sensoriais é conhecido como psicofísica. Nos anos 1800, os psicofísicos mostraram que as pessoas são muito sensíveis às diferenças e não tão sensíveis a valores absolutos. Digamos que você esteja diante de duas malas idênticas, uma com 12 kg e outra com 13 kg; nesse caso, basta levantá-las para saber qual é a mais pesada. Porém, sem uma balança, é difícil saber se qualquer uma das malas atenderia ao limite de 16 kg de uma companhia aérea.

O mesmo tipo de desconhecimento se aplica em relação aos preços. Este fato importantíssimo passa quase despercebido. Isso acontece porque vivemos nossas vidas sob uma nuvem midiática de preços e valores de mercado. Como nos lembramos do que as coisas “deveriam” custar, somos induzidos a pensar que temos um sentido infalível de valor. Os consumidores são como uma pessoa com problemas de visão que consegue se virar em um ambiente familiar porque memorizou onde estão os móveis. Isso é uma compensação; nada tem a ver com acuidade visual.

De vez em quando, recebemos alguma dica do quanto o sentido do preço é míope. Qualquer um que já tenha vendido artigos pessoais sabe como é difícil atribuir um preço justo a produtos usados. “Este CD antigo da Tribe Called Quest deve valer o dobro deste da Alanis Morissette. Só não sei se o CD da Tribe deveria ser vendido por US\$ 10 ou US\$ 0,10”.

Em um artigo de 2003, os economistas Dan Ariely, George Loewenstein e Drazen Prelec chamaram esta curiosa combinação de “convicção e incerteza de arbitrariedade coerente”. As avaliações relativas são estáveis e coerentes, enquanto os valores em dólares podem ser descontroladamente arbitrários. A venda de artigos pessoais revela uma verdade que talvez não tenhamos coragem de admitir em transações comerciais: os preços são números inventados que nem sempre envolvem muita convicção.

Os números que fazem nosso mundo girar não são tão sólidos, imutáveis e logicamente fundamentados quanto aparentam. Na nova psicologia dos preços, os valores são escorregadios e incertos, tão fluidos quanto os reflexos nos espelhos de um parque de diversões.

William Poundstone. **Preço: o mito do valor justo e como tirar vantagem disso**. Tradução: Adriana Rieche. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2015 [recurso digital] (com adaptações).

Questão 1

Depreende-se do texto CG1A1 que a mídia

- Ⓐ contribui para que os consumidores tenham uma visão distorcida do valor dos bens de consumo.
- Ⓑ determina a fixação dos preços no mercado, tornando-os menos oscilantes.
- Ⓒ reflete uma tendência natural do ser humano de atribuir valor monetário às coisas.
- Ⓓ influencia a tomada de decisão dos consumidores diante de produtos com preços distintos.
- Ⓔ torna os consumidores propensos a comprar determinados produtos.

Questão 2

De acordo com o texto CG1A1, a avaliação de valor monetário e a percepção de peso têm em comum o fato de serem

- Ⓐ bastante variáveis ao longo do tempo.
- Ⓑ estudadas no âmbito da psicofísica.
- Ⓒ altamente sensíveis a diferenças.
- Ⓓ totalmente indiferentes a valores absolutos.
- Ⓔ infalíveis na maioria dos casos.

Questão 3

No que se refere à tipologia textual, é correto afirmar que, no texto CG1A1,

- Ⓐ predominam os tipos dissertativo e narrativo.
- Ⓑ há traços do tipo injuntivo, por haver argumentos voltados ao convencimento do leitor.
- Ⓒ há traços do tipo argumentativo, por haver ênfase na apresentação de conceitos.
- Ⓓ predominam os tipos argumentativo e narrativo.
- Ⓔ predomina o tipo dissertativo-argumentativo.

Questão 4

No terceiro parágrafo do texto CG1A1, a forma verbal ‘deve’, em ‘Este CD antigo da Tribe Called Quest deve valer o dobro deste da Alanis Morissette’, expressa sentido de

- Ⓐ desejo.
- Ⓑ certeza.
- Ⓒ probabilidade.
- Ⓓ recomendação.
- Ⓔ obrigação.

Questão 5

No texto CG1A1, o valor semântico do vocábulo **como** é

- Ⓐ de intensidade no trecho “Qualquer um que já tenha vendido artigos pessoais sabe como é difícil atribuir um preço justo a produtos usados” (terceiro parágrafo).
- Ⓑ igual nos trechos “Como nos lembramos do que as coisas ‘deveriam’ custar, somos induzidos a pensar que temos um sentido infalível de valor” (segundo parágrafo) e “Qualquer um que já tenha vendido artigos pessoais sabe como é difícil atribuir um preço justo a produtos usados” (terceiro parágrafo).
- Ⓒ de comparação no trecho “Como nos lembramos do que as coisas ‘deveriam’ custar, somos induzidos a pensar que temos um sentido infalível de valor” (segundo parágrafo).
- Ⓓ igual nos trechos “as avaliações de valor monetário têm muito em comum com julgamentos sensoriais, como os relativos a peso” (primeiro parágrafo) e “Qualquer um que já tenha vendido artigos pessoais sabe como é difícil atribuir um preço justo a produtos usados” (terceiro parágrafo).
- Ⓔ igual nos trechos “O estudo das percepções sensoriais é conhecido como psicofísica” (primeiro parágrafo) e “Qualquer um que já tenha vendido artigos pessoais sabe como é difícil atribuir um preço justo a produtos usados” (terceiro parágrafo).

Questão 6

Em relação a aspectos sintáticos e coesivos do segundo parágrafo do texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

- I No trecho “O mesmo tipo de desconhecimento se aplica em relação aos preços”, o emprego da preposição em “aos preços” deve-se à regência verbal de “aplica”.
- II No trecho “uma pessoa com problemas de visão que consegue se virar em um ambiente familiar porque memorizou onde estão os móveis”, o termo “onde” retoma “ambiente familiar”.
- III Em “um sentido infalível de valor”, o emprego da preposição “de” deve-se à regência de “infalível”.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 7

No trecho “Como nos lembramos do que as coisas ‘deveriam’ custar, somos induzidos a pensar que temos um sentido infalível de valor” (segundo parágrafo do texto CG1A1), ao isolar o termo ‘deveriam’ entre aspas, o autor visa

- A ressaltar um jargão da economia.
- B sinalizar uma crítica ao ato de precificar os bens de consumo.
- C relativizar a ideia de que as coisas têm um valor intrínseco.
- D destacar o entendimento de que todo bem possui um preço.
- E ironizar o funcionamento das transações financeiras.

Questão 8

Assinale a opção em que a proposta de reescrita subsequente ao trecho reproduzido do texto CG1A1 preserva seus sentidos e sua correção gramatical.

- A “enquanto os valores em dólares podem ser descontroladamente arbitrários” (quarto parágrafo): **ao passo em que os valores em dólares podem ser arbitrários descontroladamente**
- B “Como nos lembramos do que as coisas ‘deveriam’ custar” (segundo parágrafo): **Como lembramos que as coisas ‘deveriam’ custar**
- C “é difícil saber se qualquer uma das malas atenderia ao limite de 16 kg” (primeiro parágrafo): **é difícil saber que qualquer uma das malas atenderia ao limite de 16 kg**
- D “alguma dica do quanto o sentido do preço é míope” (terceiro parágrafo): **alguma dica do quão míope é o sentido do preço**
- E “uma pessoa com problemas de visão que consegue se virar” (segundo parágrafo): **uma pessoa com problemas de visão quem consegue se virar**

Questão 9

Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto CG1A1 caso se suprimisse a vírgula empregada logo após o termo

- A “idênticas” (primeiro parágrafo).
- B “caso” (primeiro parágrafo).
- C “Porém” (primeiro parágrafo).
- D “sólidos” (último parágrafo).
- E “preços” (último parágrafo).

Questão 10

Assinale a opção correta a respeito das relações sintáticas estabelecidas no período “A venda de artigos pessoais revela uma verdade que talvez não tenhamos coragem de admitir em transações comerciais: os preços são números inventados que nem sempre envolvem muita convicção.” (quarto parágrafo do texto CG1A1).

- A A expressão “de admitir” exerce a função de complemento indireto da forma verbal “tenhamos”.
- B Os termos “números” e “inventados” exercem, respectivamente, as funções de sujeito e predicativo do sujeito.
- C De acordo com as regras gramaticais de concordância, a forma verbal “revela” poderia ser flexionada no plural — **revelam** —, caso em que passaria a concordar com “artigos”.
- D O emprego do modo subjuntivo em “tenhamos” deve-se ao emprego do advérbio “talvez”.
- E A forma verbal “envolvem” está no plural por concordar com o termo “preços”.

Questão 11

No trecho “nesse caso, basta levantá-las para saber qual é a mais pesada” (primeiro parágrafo do texto CG1A1), o segmento “levantá-las” exerce, em relação à forma verbal “basta”, a função sintática de

- A predicativo do sujeito.
- B sujeito.
- C complemento verbal direto.
- D complemento verbal indireto.
- E adjunto adverbial.

Questão 12

O vocábulo “com”, em “com julgamentos sensoriais” (primeiro período do texto CG1A1), pertence à mesma classe de palavras que o vocábulo

- A “que”, em “Os números que fazem nosso mundo girar” (último parágrafo).
- B “a”, em “a mais pesada” (primeiro parágrafo).
- C “se”, em “se o CD da Tribe” (terceiro parágrafo).
- D “não”, em “talvez não tenhamos” (penúltimo parágrafo).
- E “sob”, em “sob uma nuvem” (segundo parágrafo).

Questão 13

Assinale a opção em que a oração destacada do texto CG1A1 expressa circunstância de comparação.

- A “quanto aparentam” (primeiro período do último parágrafo)
- B “atribuir um preço justo a produtos usados” (segundo período do terceiro parágrafo)
- C “que nem sempre envolvem muita convicção” (final do penúltimo parágrafo)
- D “para saber” (penúltimo período do primeiro parágrafo)
- E “porque memorizou” (penúltimo período do segundo parágrafo)

Questão 14

Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do primeiro parágrafo do texto CG1A1: “Digamos que você esteja diante de duas malas idênticas, uma com 12 kg e outra com 13 kg”. Assinale a opção em que a reescrita proposta mantém a coerência e a correção gramatical do texto.

- A** Supomos que você esteja defronte das duas malas idênticas, tendo uma 12 kg e outra, 13 kg
- B** Digamos que você esteja frente à duas malas idênticas, uma com 12 kg e outra com 13 kg
- C** Digamos que você esteja diante de duas malas idênticas que uma tem 12 kg e outra 13 kg
- D** Suponhamos que você esteja perante duas malas idênticas — uma com 12 kg e outra com 13 kg
- E** Suponhamos que você esteja enfrente a duas malas idênticas — uma com 12 kg, outra com 13 kg

Questão 15

Em uma indústria que utiliza água em seu processo produtivo, um reservatório com capacidade de 60.000 litros, inicialmente vazio, começou a ser abastecido com água a uma vazão constante de 200 litros por minuto. Por descuido operacional, a válvula de entrada ficou aberta por 6 horas e 30 minutos, a partir do início do abastecimento, e toda a água que entrou após o completo enchimento do reservatório foi considerada desperdício.

Nessa situação hipotética, a quantidade de água desperdiçada devido ao descuido operacional é igual a

- A** 12.000 litros.
- B** 15.000 litros.
- C** 18.000 litros.
- D** 20.000 litros.
- E** 24.000 litros.

Questão 16

P: “Existe pelo menos uma unidade de atendimento da secretaria da fazenda em que todos os servidores são auditores fiscais ou assistentes de arrecadação.”

Assinale a opção em que é apresentada a negação lógica da proposição *P* precedente.

- A** Em todas as unidades de atendimento da secretaria da fazenda, existe pelo menos um servidor que é auditor fiscal e não é assistente de arrecadação.
- B** Em todas as unidades de atendimento da secretaria da fazenda, existe pelo menos um servidor que não é auditor fiscal ou não é assistente de arrecadação.
- C** Em todas as unidades de atendimento da secretaria da fazenda, existe pelo menos um servidor que é auditor fiscal ou assistente de arrecadação.
- D** Em todas as unidades de atendimento da secretaria da fazenda, existe pelo menos um servidor que não é auditor fiscal e assistente de arrecadação.
- E** Em todas as unidades de atendimento da secretaria da fazenda, existe pelo menos um servidor que não é auditor fiscal e não é assistente de arrecadação.

Questão 17

Suponha que, em uma reunião de trabalho, haja 15 pessoas, estando, entre elas, o presidente e o vice-presidente de uma empresa. Suponha também que tanto o presidente quanto o vice-presidente sejam obrigados a cumprimentar todas as demais pessoas presentes. Nesse caso, sabendo-se que cada aperto de mão ocorre entre duas pessoas distintas e que ninguém aperta a própria mão, conclui-se que a diferença entre o valor máximo possível e o valor mínimo possível da soma dos números de apertos de mão que podem ser realizados individualmente por cada uma das pessoas presentes é igual a

- A** 78.
- B** 120.
- C** 156.
- D** 168.
- E** 210.

Questão 18

Uma prefeitura distribui mensalmente uma gratificação total de R\$ 46.800 entre três servidores dos setores de cadastro, fiscalização e arrecadação. O servidor do setor de cadastro analisa um processo a mais que o servidor do setor de fiscalização, e o servidor do setor de fiscalização analisa dois processos a mais que o servidor do setor de arrecadação. Juntos, os três servidores analisam 26 processos por semana, sendo o valor da gratificação de cada um diretamente proporcional à quantidade de processos analisados semanalmente.

Nessa situação hipotética, os valores recebidos pelo servidor do setor de cadastro, pelo servidor do setor de fiscalização e pelo servidor do setor de arrecadação são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 18.600, R\$ 15.600, e R\$ 12.600.
- B** R\$ 17.600, R\$ 16.000, e R\$ 13.200.
- C** R\$ 18.000, R\$ 16.200, e R\$ 12.600.
- D** R\$ 20.000, R\$ 15.000 e R\$ 11.800.
- E** R\$ 17.000, R\$ 16.800, e R\$ 13.000.

Questão 19

Suponha que um investidor procure uma aplicação que garanta o pagamento de juros reais de no mínimo 16% ao final do primeiro ano da aplicação. Nesse caso, a taxa de juros nominal mínima que a aplicação deve satisfazer para atingir o objetivo do investidor, sabendo-se que a inflação projetada para o período de um ano de investimento é de 12%, deverá ser igual a

- A** 25,44%.
- B** 28,00%.
- C** 29,92%.
- D** 30,00%.
- E** 34,56%.

Questão 20

Uma empresa analisa investir em um projeto que exige um aporte único de R\$ 112.000 na data inicial. A projeção é que esse investimento gere dois fluxos de caixa positivos e consecutivos, um de R\$ 72.000 no final do primeiro ano e outro de R\$ 115.200 no final do segundo ano de investimento.

Com base nessa situação hipotética e sabendo que a empresa considera o seu custo de capital de 20% ao ano, assinale a opção em que é corretamente indicado o valor presente líquido da proposta de investimento.

- A** R\$ 14.720
- B** R\$ 28.000
- C** R\$ 37.760
- D** R\$ 44.000
- E** R\$ 75.200

Questão 21

Um produtor rural investirá R\$ 240.000 no plantio de uma cultura com ciclo de colheita longo e não receberá nenhuma entrada de caixa no primeiro ano do investimento. Entretanto, no final do segundo ano, ao realizar a colheita, esse produtor receberá um pagamento único de R\$ 317.400.

Nessa situação, a taxa interna de retorno desse investimento será igual a

- A 15,000%.
- B 16,125%.
- C 25,000%.
- D 30,000%.
- E 32,250%.

Questão 22

Um investidor faz, todos os anos, um único depósito de R\$ 30.000 em um fundo de investimentos, sendo todos os depósitos realizados em um intervalo exato de um ano entre eles. Esse fundo remunera os depósitos a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano.

Nessa situação hipotética, o montante acumulado na conta do investidor no exato momento em que for efetuado o quarto depósito será igual a

- A R\$ 99.300.
- B R\$ 129.300.
- C R\$ 132.000.
- D R\$ 138.000.
- E R\$ 139.230.

Questão 23

Um modelo financeiro indica as seguintes probabilidades *a priori* para a próxima decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) quanto à taxa de juros: redução (15%), manutenção (60%) e aumento (25%).

Às 9 horas de certo dia, o IBGE divulgou uma inflação muito acima do esperado (evento E), sendo as seguintes as verossimilhanças de essa inflação ocorrer em cada cenário: $P(E | \text{redução}) = 5\%$; $P(E | \text{manutenção}) = 30\%$; e $P(E | \text{aumento}) = 80\%$.

Nessa situação hipotética, aplicando-se o teorema de Bayes, a probabilidade *a posteriori* de o COPOM decidir por um aumento da taxa de juros, dado que o evento E ocorreu no referido dia, é

- A igual ou superior a 20% e inferior a 45%.
- B igual ou superior a 45% e inferior a 60%.
- C igual ou superior a 60%.
- D inferior a 20%.
- E igual ou superior a 20% e inferior a 25%.

Questão 24

Um economista analisou uma região onde a distribuição de renda é sabidamente desigual e fortemente assimétrica. Em sua análise, o economista coletou uma amostra aleatória de 100 famílias ($n = 100$) e obteve, para essa amostra, média de R\$ 3.500 e desvio padrão de R\$ 1.200. Por fim, ele aplicou o nível de confiança de 95% ($z = 1,96$) e calculou um intervalo de confiança para a média populacional de [R\$ 3.264,80, R\$ 3.735,20].

Com base na situação hipotética apresentada e no teorema central do limite, assinale a opção correta.

- A 95% das famílias da região analisada têm rendimento mensal compreendido entre R\$ 3.264,80 e R\$ 3.735,20.
- B Apesar da forte assimetria na distribuição original das rendas populacionais, o tamanho da amostra ($n = 100$) é grande o suficiente para se inferir que a distribuição das médias amostrais se aproxima de uma distribuição normal, viabilizando o uso desse intervalo.
- C Há 95% de probabilidade de que a verdadeira média de renda da população varie e se situe no intervalo específico de [R\$ 3.264,80, R\$ 3.735,20].
- D O teorema central do limite assegura que, selecionando-se as 100 famílias, a distribuição da renda individual dessa amostra assumirá o formato perfeito de uma distribuição normal.
- E O erro padrão utilizado para a construção do intervalo de confiança calculado é de R\$ 1.200,00, o que evidencia uma alta volatilidade nos dados originais.

Questão 25

Determinada unidade de estatística deve auditar uma base de 10.000 registros de multas aplicadas por órgãos de fiscalização e controle. O coordenador dessa unidade definiu que será extraída uma amostra sistemática de 500 registros. Na planilha dos registros de multas, o primeiro registro está localizado na primeira linha da primeira coluna, o segundo registro, na segunda linha, e assim por diante. Um sorteio foi realizado por meio de *software* gerador de número aleatório para que fosse determinado o ponto de partida aleatório (a semente r) e o resultado do sorteio foi $r = 14$, ou seja, o primeiro registro escolhido será o da linha 14 da planilha.

Tendo como base a situação hipotética precedente, assinale a opção em que é corretamente indicado o número da linha na planilha do 45.º registro que será selecionado para compor essa amostra.

- A 886
- B 894
- C 900
- D 914
- E 1.400

Questão 26

A fim de estimar a receita mensal arrecadada em sanções fiscais aplicadas pelo órgão de fiscalização e controle de certo estado (Y , em milhares de reais) com base no número de fiscalizações realizadas no mês (X), um agente de arrecadação ajustou um modelo de regressão linear simples com a equação $Y = \beta_0 + \beta_1 X + \varepsilon$.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta.

- Ⓐ O coeficiente angular (β_1) indica o impacto marginal, ou seja, o aumento médio esperado na arrecadação das sanções do órgão de fiscalização e controle (Y) para cada nova fiscalização (X) inserida na pauta.
- Ⓑ A variável X atua como a variável dependente do modelo, pois a quantidade de fiscalizações mensais é determinada e dependente da receita de arrecadação (Y).
- Ⓒ O intercepto (β_0) representa o teto máximo de arrecadação de sanções que o órgão consegue recolher no mês, independentemente de quantas fiscalizações ocorram.
- Ⓓ O coeficiente angular (β_1) estabelece uma garantia determinística: se $\beta_1 = 5$, uma nova fiscalização resultará rigorosamente na emissão de R\$ 5 mil em sanções, sem nenhuma oscilação.
- Ⓔ O termo de erro (ε) sinaliza falhas na contabilização das multas pelo sistema financeiro, indicando que a base de dados do órgão de fiscalização e controle não é confiável para a auditoria.

Questão 27

Maria, servidora pública municipal, solicitou formalmente ao departamento de recursos humanos do seu órgão uma certidão descritiva de seu tempo de serviço e das progressões na carreira, a fim de comprovar seus direitos para futura aposentadoria. O órgão público negou a emissão do documento sob a alegação de que não havia servidores disponíveis para confeccionar a certidão e exigiu o pagamento de uma “taxa de busca de arquivos” para dar andamento ao pedido. Além disso, a chefia informou a Maria que a decisão era interna e definitiva, não cabendo qualquer contestação em outras instâncias.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- Ⓐ A negativa administrativa da emissão do documento é legítima, uma vez que a falta de pessoal na repartição se enquadra nas exceções constitucionalmente previstas para o cabimento da negativa.
- Ⓑ A cobrança da taxa pelo órgão público é legítima para ressarcir os custos administrativos de busca em arquivos, contanto que o valor tenha sido fixado proporcionalmente em lei municipal.
- Ⓒ A recusa do órgão em emitir a certidão contraria a CF, que garante a todos, independentemente do pagamento de taxa, a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- Ⓓ Maria não poderá recorrer ao Poder Judiciário para questionar a negativa da certidão, uma vez que as decisões da administração pública sobre seus servidores são insindicaíveis.
- Ⓔ O direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular restringe-se aos cidadãos comuns, não se aplicando às relações funcionais entre o Estado e seus próprios servidores.

Questão 28

Uma rede de farmácias solicita e obtém o consentimento de seus clientes por escrito, mediante termo de autorização genérica, para coleta e tratamento de dados pessoais relativos aos históricos de compras, com a finalidade de oferecer descontos em medicamentos. A partir de determinado momento, a farmácia passou a compartilhar os dados históricos de compras de medicamentos dos clientes com uma empresa de seguros de saúde parceira, para que esta oferecesse planos de saúde personalizados aos clientes, porém não avisou os titulares dos dados nem colheu nova autorização.

Considerando a situação hipotética precedente e o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os termos assinados são nulos, porque a LGPD veda autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais, sendo, portanto, ilegítimo o compartilhamento realizado.
- Ⓑ O compartilhamento dos dados é legítimo, pois os dados fornecidos pelo titular para obter descontos tornam-se manifestamente públicos a partir da autorização por escrito, dispensada qualquer formalidade adicional para tratamentos posteriores ou novas finalidades de uso dos dados.
- Ⓒ Os termos assinados pelos clientes presumem-se válidos para qualquer finalidade comercial da farmácia, cabendo exclusivamente aos titulares dos dados o ônus de provar que não desejavam que seus dados fossem compartilhados com terceiros.
- Ⓓ O compartilhamento dos dados é lícito, pois a rede de farmácias obteve autorização inicial genérica por escrito, conforme as exigências da LGPD, sendo prescindível novo consentimento para o uso dos dados para outras finalidades.
- Ⓔ Desde que não haja interesse dos clientes em questionar a conduta da farmácia, o compartilhamento dos dados é legítimo, porque a oferta de planos de saúde só os beneficia.

Espaço livre

Questão 29

Durante uma operação conjunta para a fiscalização de mercadorias em trânsito e regularização de alvarás comerciais, agentes da secretaria de urbanismo de certo estado e auditores fiscais da receita desse mesmo estado divergiram sobre quem deveria coordenar a abordagem inicial e a triagem dos veículos no posto de fiscalização. Foi determinado que a prioridade na fiscalização seria dos auditores, devido a previsão constitucional nesse sentido, bem como que fossem direcionados recursos prioritários para a atuação deles. Adicionalmente, para otimizar os trabalhos, o diretor da receita estadual determinou o compartilhamento imediato do cadastro de contribuintes do ICMS com a secretaria de fazenda de certo município do estado, por meio de um convênio de cooperação técnica firmado entre os entes.

Considerando essa situação hipotética e as previsões da CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os auditores estaduais possuem precedência administrativa sobre os agentes da secretaria de urbanismo dentro de suas áreas de competência e jurisdição, mas o direcionamento de recursos prioritários para a realização de suas atividades não encontra previsão expressa na CF, sendo ilegítimo.
- Ⓑ A determinação de compartilhamento de informações fiscais entre o estado e o município é inconstitucional, visto que o sigilo fiscal dos contribuintes impede a transferência de cadastros e dados econômicos entre entes federativos distintos.
- Ⓒ A integração entre as administrações tributárias do estado e do município é legítima somente se o compartilhamento de informações fiscais estiver autorizado por lei, não bastando o convênio.
- Ⓓ A determinação de prioridade dos auditores estaduais na fiscalização é legítima, uma vez que o texto constitucional lhes garante precedência sobre os demais setores administrativos, nos limites de suas áreas de competência e jurisdição.
- Ⓔ A prerrogativa de preferência atribuída aos auditores fiscais estaduais em relação aos agentes da secretaria de urbanismo contraria o tratamento isonômico que deve reger os servidores públicos, configurando privilégio corporativo sem amparo na ordem constitucional.

Questão 30

A Câmara Municipal de Porto Velho recebeu projeto de lei de iniciativa popular que propunha a criação de código municipal de saneamento. Durante a tramitação do projeto de lei, para cuja apreciação o prefeito pediu urgência, a Câmara Municipal, considerando o prazo-limite de 45 dias, realizou apenas uma audiência pública para debater o tema e aprovou o texto em definitivo por maioria absoluta dos votos. Uma vez enviado o projeto de lei ao prefeito para sanção, sua assessoria jurídica entendeu que o projeto continha matérias cuja iniciativa legislativa era privativa do chefe do Poder Executivo.

A partir da situação hipotética precedente e do regramento do processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Porto Velho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Foi legítimo o pedido de urgência realizado pelo prefeito, uma vez que a citada lei orgânica municipal prevê expressamente o cabimento de solicitação de urgência para apreciação de projeto de lei relativo à criação de código municipal.
- Ⓑ Se o prefeito permanecer silente por 20 dias úteis após o recebimento do projeto de lei para sanção, tal silêncio configurará veto tácito por vício de iniciativa, hipótese em que o projeto deverá retornar obrigatoriamente à Câmara Municipal, para nova apreciação.
- Ⓒ O quórum de aprovação do projeto de lei foi inadequado, uma vez que, por se tratar de matéria de iniciativa popular e de projeto que institui plano setorial de saneamento, o texto deveria ter sido aprovado por dois terços dos membros do parlamento, em dois turnos de votação.
- Ⓓ O processo legislativo em questão padece de vício formal insanável na tramitação interna da Câmara Municipal, uma vez que a aprovação de código municipal de saneamento depende da realização obrigatória de, no mínimo, duas audiências públicas coordenadas pelas comissões permanentes.
- Ⓔ A iniciativa popular foi exercida de forma irregular, pois a citada lei orgânica municipal veda que cidadãos apresentem projetos de lei que tratem de matérias reservadas a leis complementares, como é o caso da criação de código municipal de saneamento.

Questão 31

Com relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho, julgue os itens a seguir, à luz da Lei Complementar n.º 385/2010.

- I Na homologação de concurso público, a administração pública municipal deve separar rigorosamente uma lista específica dos aprovados nas vagas reservadas a pessoas com deficiência e uma lista de classificação geral dos demais candidatos, não sendo admitido que um mesmo candidato figure em ambas as listas.
- II Será considerado reintegrado o servidor municipal que, anteriormente aposentado por invalidez, retornar à atividade após junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- III Servidor federal que, em decorrência de cessão com ônus para o município de Porto Velho, sofrer perda salarial em razão da supressão de verba de caráter remuneratório, inclusive por previsão legal no órgão de origem, receberá vantagem pecuniária no valor correspondente à redução salarial sofrida.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 32

Com base nas disposições do Decreto n.º 11.824/2010, que regulamenta o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho, assinale a opção correta.

- A** O pagamento de auxílio-transporte ou auxílio-deslocamento concedido a servidor municipal ficará suspenso durante o período de gozo das suas férias.
- B** O servidor que se afastar de suas funções para frequentar cursos de especialização ou aperfeiçoamento, com direito à remuneração integral, não fará jus à contagem do tempo de afastamento para fins de aquisição de férias.
- C** O servidor que acumular faltas injustificadas ao longo do ano civil poderá requerer ao setor de recursos humanos a compensação automática desses dias com o abatimento proporcional no seu período de férias regulamentares.
- D** O servidor municipal poderá usufruir de suas férias anuais de forma parcelada em até três etapas ao longo do ano civil, desde que nenhuma delas tenha duração inferior a cinco dias corridos.
- E** O processo de avaliação de desempenho no estágio probatório terá continuidade até mesmo durante afastamento do servidor por motivo de licença-paternidade.

Questão 33

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de licenças previstas no Decreto n.º 11.824/2010, que regulamenta o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho.

- I Carla, servidora municipal estável, foi escolhida em convenção partidária como candidata a vereadora e protocolou, em seu órgão, pedido de licença para atividade política com direito à percepção de sua remuneração integral, tendo juntado ao requerimento apenas a ata de sua escolha em convenção partidária. Nesse caso, o pedido deve ser indeferido devido à falta da certidão do registro de candidatura expedido pelo tribunal regional eleitoral do domicílio eleitoral de Carla.
- II José, servidor municipal estável em gozo de licença para tratar de interesse particular, protocolou, na sua secretaria de origem, pedido de interrupção da licença, tendo a chefia imediata consentido com o retorno dele às atividades. Nessa situação, José pode retornar aos trabalhos imediatamente, antes mesmo da publicação da respectiva portaria de interrupção da licença.
- III O servidor estável João pretende protocolar pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família, para acompanhar o tratamento de seu tio. Nesse caso, para a concessão da licença, basta que o pedido seja instruído com documento comprobatório de parentesco entre o servidor e o enfermo e laudo médico que indique a necessidade de assistência de terceiro.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 34

Ana, chefe do Setor de Atendimento ao Cidadão da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) de Porto Velho, recebeu requerimento assinado por cidadão residente no município em que ele solicitava a correção de seus dados biométricos arquivados no banco de dados do órgão, bem como o acesso integral a eles. Preocupada com a segurança da informação, Ana buscou orientação do encarregado da pasta para saber quem deveria desenhar os padrões de segurança de tecnologia, quem deveria monitorar as falhas internas e como proceder com relação à solicitação do cidadão.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com as disposições do Decreto n.º 18.310/2022.

- A** Caso se identifique a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados mantidos no banco de dados, a comunicação oficial do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deverá ser realizada diretamente pelo operador responsável pela manutenção do sistema eletrônico.
- B** O monitoramento permanente das práticas de Ana e a notificação sobre eventuais falhas ou lacunas encontradas no tratamento dos dados por seu setor competem à Procuradoria-Geral do Município (PGM).
- C** A resposta à manifestação do titular dos dados e a adoção da conduta corretiva para fazer cessar eventuais violações à LGPD deverão ser coordenadas e executadas pela Ouvidoria Geral do Município.
- D** Ana deve realizar o atendimento à demanda do cidadão de forma presencial e por meio físico obrigatório, porquanto a legislação veda o uso de plataformas eletrônicas para a entrega de dados pessoais corrigidos.
- E** A Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa (SMTI) é responsável pelos padrões de desenvolvimento de novas soluções de tecnologia da informação e comunicação, considerando a proteção de dados pessoais.

Questão 35

De acordo com a Lei Complementar n.º 456/2012 do município de Porto Velho, a emissão de NFS-e constitui confissão de dívida do ISSQN incidente na prestação de serviços, de modo que a falta tempestiva do recolhimento dos valores do imposto enseja

- A** suspensão imediata do alvará de funcionamento da prestadora de serviços.
- B** emissão de certidão positiva de débitos com efeitos de negativa.
- C** expedição de certidão negativa de débitos.
- D** inscrição em dívida ativa, desde que precedida de cobrança judicial.
- E** cobrança administrativa.

Questão 36

Com base na Lei Complementar n.º 675/2017 do município de Porto Velho, julgue os seguintes itens, relativos à contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos (COSIP).

- I É contribuinte da COSIP o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel que, localizado no território do município, possua ligação de energia elétrica regular fornecida por concessionária distribuidora.
- II O fato gerador da COSIP é a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos de iluminação pública e de sistema de monitoramento.
- III Não é contribuinte da COSIP o proprietário de imóvel não edificado que não possua unidade medidora.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 37

Consoante o disposto na Lei Complementar n.º 878/2021 de Porto Velho, suspendem a exigibilidade do crédito tributário

- A a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a decisão judicial transitada em julgado.
- B a moratória, o parcelamento e a compensação.
- C a remissão, a transação e a decisão administrativa irreformável.
- D o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos.
- E a remissão, a prescrição e a decadência.

Questão 38

De acordo com as disposições da Lei Complementar n.º 878/2021 acerca da fiscalização e da auditoria tributárias no âmbito do município de Porto Velho, julgue os itens a seguir.

- I Cabem exclusivamente aos servidores de carreira específica da administração tributária, conforme suas competências, a fiscalização, a auditoria e o lançamento tributários.
- II Enquanto não extinto o direito da administração tributária de promover o lançamento do tributo ou de aplicar penalidade pecuniária, qualquer procedimento de fiscalização ou auditoria tributária poderá ser revisto em relação ao mesmo sujeito passivo, ao mesmo fato, ou ao período de tempo.
- III Todos os órgãos da administração pública municipal são obrigados a auxiliar a fiscalização tributária, prestando informações que lhe forem solicitadas e permitindo aos auditores do tesouro municipal colher quaisquer elementos julgados necessários à fiscalização de tributos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 39

Segundo a Lei Complementar n.º 878/2021, que institui o Código Tributário e de Rendas do Município de Porto Velho, é vedada a divulgação para qualquer fim, pela administração tributária ou por quaisquer de seus servidores, de informações obtidas em razão de ofício, sobre

- A parcelamento.
- B inscrições na dívida ativa da fazenda pública.
- C situação econômica dos contribuintes.
- D moratória.
- E representações fiscais para fins penais.

Questão 40

De acordo com o Decreto n.º 12.879/2012 de Porto Velho, um recibo provisório de serviços (RPS) emitido no dia 28 de março será convertido em NFS-e

- A até o 5.º dia do mês de abril.
- B entre o dia 1.º e o dia 25 do mês de março.
- C até o último dia útil do mês de março.
- D em até 10 dias contados da data de emissão do RPS.
- E até o dia 10 do mês de abril.

Questão 41

Julgue os seguintes itens, com base no Decreto n.º 15.547/2018 de Porto Velho.

- I A COSIP será devida, lançada e cobrada mensalmente por meio da fatura de consumo de energia elétrica emitida pela concessionária, inclusive nos casos de imóvel não edificado.
- II A fixação do valor da COSIP é realizada conforme a classe de consumidores e sua respectiva faixa de consumo.
- III A fiscalização da regularidade do pagamento da COSIP compete à Secretaria Municipal de Fazenda.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 42

De acordo com o Decreto n.º 18.749/2023 de Porto Velho, quando não houver o prazo fixado na legislação tributária para pagamento, o vencimento do crédito ocorrerá

- A 60 dias após a data em que se considerar notificado do lançamento o sujeito passivo.
- B 5 dias após a data em que se considerar notificado do lançamento o sujeito passivo.
- C 30 dias após a data em que se considerar notificado do lançamento o sujeito passivo.
- D 45 dias após a data em que se considerar notificado do lançamento o sujeito passivo.
- E 15 dias após a data em que se considerar notificado do lançamento o sujeito passivo.

Questão 43

O secretário de finanças do município X, pertencente ao estado Y, constatou que o estado, ao realizar a apuração anual para a entrega das parcelas do ICMS pertencentes ao referido município, efetuou a publicação provisória do valor adicionado e dos índices percentuais de cada localidade. O prefeito do município X, inconformado com os dados apresentados, que apontavam uma redução drástica no valor adicionado decorrente das operações locais, decidiu reunir sua equipe técnica para avaliar os procedimentos de fiscalização mútua e formalizar impugnação.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base nas previsões da Lei Complementar n.º 63/1990.

- Ⓐ O estado Y não é obrigado a fornecer aos prefeitos municipais o livre acesso aos documentos e critérios utilizados no cálculo do índice do valor adicionado, considerada a garantia absoluta do sigilo fiscal sobre a arrecadação.
- Ⓑ Caso a apuração realizada pelo estado Y resulte em uma publicação mensal incorreta ou omissa quanto aos valores repassados, haverá a presunção legal de que as receitas tributárias pertencentes ao município X não foram entregues.
- Ⓒ Caso seja formalizada impugnação pelo prefeito do município X, ela deve ser julgada até o dia 15 do mês seguinte à publicação dos valores adicionados.
- Ⓓ O município X possui competência plena para verificar os documentos fiscais de operações em seus territórios, podendo, inclusive, apreender as mercadorias e aplicar multas diretamente aos contribuintes infratores.
- Ⓔ O valor adicionado relativo a operações constatadas em ações fiscais promovidas pelo estado Y será computado imediatamente em favor do município X no ano civil em que a irregularidade for lavrada, ainda que pendente decisão administrativa relativa a recurso que questione aqueles lançamentos tributários.

Questão 44

O Banco Oficial do estado X atrasou o repasse semanal das parcelas de ICMS devidas a diversos municípios daquela unidade federativa. Em decorrência desse atraso, a associação de municípios local acionou o Poder Executivo estadual e os órgãos de controle para exigir a regularização dos créditos e a aplicação das sanções financeiras e institucionais cabíveis contra o estabelecimento financeiro e contra o próprio ente estatal.

Com base na situação hipotética precedente e no disposto na Lei Complementar n.º 63/1990, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apesar do atraso no repasse das receitas aos municípios, se as contas forem regularizadas e saldadas até o encerramento do respectivo exercício financeiro, o Banco Oficial do estado X estará desonerado de qualquer penalidade acessória ou intervenção.
- Ⓑ A entrega extemporânea dos recursos pertencentes aos municípios sujeita o estado X à atualização monetária de seu valor e a juros de mora de 1% por mês ou fração de atraso.
- Ⓒ Os agentes arrecadadores do Banco Oficial do estado X dependem de ordem prévia expressa das autoridades governamentais superiores para efetuar os depósitos na conta conjunta dos municípios.
- Ⓓ O Banco Oficial do estado X dispõe de prazo de até 30 dias, a contar do encerramento de cada mês civil, para creditar de forma individualizada as parcelas de ICMS na conta de cada prefeitura beneficiária.
- Ⓔ Constatado o atraso ou a retenção dos fundos, o Banco do Brasil, por iniciativa própria e de ofício, deverá proibir que o Banco Oficial do estado X realize transferências e depósitos subsequentes relativos às parcelas de ICMS.

Questão 45

Atua em conformidade com as disposições da Lei Complementar estadual n.º 1.166/2022, que disciplina a distribuição da parcela do ICMS destinada aos municípios do estado de Rondônia, o município rondoniense que

- I exija, ao analisar o repasse do ICMS sob o critério de “unidades de conservação”, que uma reserva indígena, criada por decreto federal em seu território, seja incluída no cálculo pelo estado de Rondônia.
- II exija, para consolidar os dados do fator “população”, que o estado de Rondônia considere as projeções de habitantes publicadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano imediatamente anterior ao da apuração dos índices.
- III exija que os índices percentuais relativos ao critério de “educação” sejam realizados exclusivamente por meio de avaliação externa conduzida por órgão ou entidade especializada ou pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/RO), rejeitando critérios técnicos federais aplicados ao seu cálculo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 46

Durante o planejamento orçamentário para o corrente ano de 2026, o secretário de finanças do município de Ariquemes – RO solicitou à sua equipe técnica a análise das quotas-partes do ICMS destinadas à localidade. Para realizar o cálculo correto do repasse e verificar a conformidade da aplicação dos índices com a legislação estadual, a equipe consultou os critérios de transição e os percentuais fixados no anexo único da lei de regência.

Considerando-se a situação hipotética precedente e o disposto na Lei Complementar estadual n.º 1.166/2022, é correto afirmar que, em 2026,

- Ⓐ o fator “produção agrícola, pecuária e extrativa” deve sofrer uma redução, passando de 5% da parcela distribuída aos municípios para o patamar de 0%.
- Ⓑ o percentual destinado especificamente ao critério “educação” deve ser de 11% da parcela distribuída aos municípios.
- Ⓒ a repartição sob o critério “partes iguais” entre as municipalidades rondonienses deve atingir o montante fixo de 14% da parcela distribuída aos municípios.
- Ⓓ o índice relativo ao valor adicionado fiscal (VAF) deve corresponder a 75% da parcela distribuída aos municípios.
- Ⓔ o percentual estabelecido para os critérios “superfície territorial” e “população” é estável e corresponde, para cada um deles, a 0,5% da parcela distribuída aos municípios.

Questão 47

Durante a auditoria interna da movimentação econômica do município de Ouro Preto do Oeste – RO, a equipe fiscal analisou os relatórios da escrituração fiscal digital (EFD) de grandes contribuintes locais para estimar o impacto no cálculo do valor adicionado fiscal (VAF). Um dos auditores identificou que uma grande agroindústria local apresentou, devido a investimentos e compras massivas de insumos no ano-base, um somatório de saídas menor que o de entradas, o que gerou resultado fiscal líquido inferior a zero.

Com base na situação hipotética precedente e nas regras de apuração do VAF especificadas no Decreto estadual n.º 27.375/2022, assinale a opção correta em relação ao procedimento a ser adotado na consolidação do índice de participação do referido município no produto da arrecadação do ICMS do estado.

- Ⓐ O fisco estadual deverá transferir o saldo negativo do referido contribuinte para o balanço de um município vizinho, a fim de preservar o equilíbrio orçamentário da localidade de origem.
- Ⓑ O resultado negativo apurado pelo contribuinte deve ser integralmente subtraído do montante total do VAF do município, com a redução proporcional do índice de participação da localidade.
- Ⓒ A constatação de saldo negativo de saídas em relação às entradas invalida todos os documentos fiscais emitidos pela referida agroindústria no ano-base, o que implica a exclusão automática desse contribuinte do cadastro de contribuintes do ICMS de Rondônia.
- Ⓓ Como o somatório de saídas menos o de entradas do referido contribuinte resultou em valor menor que zero, esse resultado negativo deve ser desconsiderado para efeito do cálculo do índice de participação do município.
- Ⓔ O valor negativo deve ser convertido em crédito presumido automático para o exercício seguinte, computando-se o dobro do valor das saídas para compensar o saldo do município.

Espaço livre

Questão 48

Uma grande rede de supermercados opera em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena e usufrui do regime de inscrição única em todo o território de Rondônia, centralizando sua escrituração fiscal. Diante da necessidade de apuração das quotas-partes do ICMS devidas a cada uma dessas municipalidades, o setor de contabilidade da empresa organizou o envio das obrigações acessórias anuais exigidas pela Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN).

Considerando a situação hipotética apresentada e as normas que regulamentam o Sistema de Entrada de Notas (SIEN) estabelecidas no Decreto n.º 27.375/2022, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os dados de saídas informados no sistema devem corresponder unicamente às vendas realizadas para outras empresas contribuintes do ICMS, excluindo-se as transações comerciais feitas para pessoas físicas.
- Ⓑ As informações prestadas eletronicamente no SIEN possuem caráter definitivo e absoluto, sendo vedada qualquer espécie de retificação, ainda que motivada por erro material comprovado.
- Ⓒ O preenchimento do SIEN deve conter exclusivamente as informações financeiras referentes ao ano corrente da declaração, desconsiderando-se as operações do ano anterior.
- Ⓓ Por possuir autorização para utilizar inscrição única, a empresa fica dispensada de discriminar a movimentação por município, cabendo à SEFIN realizar o rateio por estimativa populacional.
- Ⓔ A empresa fica obrigada a apresentar a declaração de rateio das entradas e das saídas de mercadorias e serviços, por município, por meio do SIEN, devendo enviar as informações até o dia 31 de março de cada ano.

Questão 49

Julgue os itens a seguir, em relação a procedimentos, planejamentos e rotinas operacionais em municípios do estado de Rondônia na gestão dos indicadores vinculados ao índice de desempenho educacional de Rondônia (IDERO), de acordo com o Decreto n.º 27.376/2022.

- I Age de acordo com o referido decreto a equipe pedagógica que organiza força-tarefa para aplicar simulados preparatórios de língua portuguesa e matemática voltados exclusivamente para as turmas de alunos matriculados no 2.º e no 5.º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino de município rondoniense, a fim de alimentar o cálculo do IDERO, sob a perspectiva da aprendizagem.
- II Atua em conformidade com o mencionado decreto a equipe de estatística da prefeitura de determinado município rondoniense que, no intuito de consolidar e elevar sua nota no componente de rendimento do IDERO, requeira ao estado de Rondônia que, no cálculo das taxas de aprovação na rede de ensino municipal, sejam considerados também os resultados históricos das turmas do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental.
- III Está apto a competir pelos recursos dos componentes de aprendizagem, equidade e evolução o município rondoniense que registre a presença de 75% dos seus alunos matriculados nas avaliações anuais do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 50

Durante o planejamento das diretrizes do SAERO, os secretários de educação da região metropolitana de Porto Velho reuniram-se para alinhar o cronograma logístico de aplicação das provas às regras de transparência orçamentária e os critérios de apuração previstos pelo estado. O foco do debate centrou-se na publicação de normas, no acesso a dados socioeconômicos e nas regras excepcionais de transição do cálculo.

Considerando a situação hipotética precedente e as normas que regulamentam o IDERO e o SAERO, assinale a opção correta de acordo com o Decreto n.º 27.376/2022.

- Ⓐ Por razões de sigilo estatístico e proteção de dados, é vedado ao estado de Rondônia fornecer às prefeituras o acesso aos critérios e documentos utilizados para o cálculo do IDERO.
- Ⓑ O componente de nível socioeconômico deverá ser calculado a partir do total de estudantes de alto poder aquisitivo matriculados entre o 2.º e o 5.º ano do ensino fundamental da rede de ensino de cada município.
- Ⓒ Cada prefeitura deverá consolidar seus próprios dados estatísticos, desobrigando a SEDUC de enviar os resultados individuais e globais por escola e município em relação ao SAERO.
- Ⓓ No primeiro ano de divulgação do IDERO, o cálculo do índice deverá desconsiderar o componente evolução.
- Ⓔ O calendário anual de avaliação deverá conter, no mínimo, a divulgação dos resultados e os prazos para recursos.

Espaço livre